PANDEMIA NA EDUCAÇÃO E O VÍRUS DA DESIGUALDADE: E OS ALUNOS PRETOS?

JACKELINE CHEDIAK SILVA[5]
ROSENILDA CAETANO DE FREITAS[6]
SAMILO TAKARA[7]

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo geral analisar como se manifestam as desigualdades de alunos pretos ampliadas no período de pandemia da Covid-19 e ensino remoto, por meio de uma pesquisa vídeo-documental e análise sustentada em uma revisão bibliográfica. Como objetivos específicos buscamos investigar as condições ideais na perspectiva apresentada na leitura dos documentos produzidos para orientar o período de isolamento social e, a posteriori, o retorno ao ensino presencial no período pós-pandemia da Covid-19 e identificar as condições concretas de acessibilidade à educação escolar no ensino remoto para os alunos pretos no período da pandemia da Covid-19. Esse estudo de abordagem qualitativa trata-se de uma pesquisa do tipo documental. Para analisar os dados, utilizamos a categorização temática. A partir dos dados analisados, conclui-se que o ensino remoto promovido no contexto pandêmico tem se mostrado na contramão do direito à educação e inacessível aos alunos pretos. Tal inacessibilidade não ocorre somente neste contexto e a partir dele, mas é resultado de problemas sociais crônicos construídos ao longo da história da humanidade. A pesquisa aponta para um fosso entre as condições ideais e as condições concretas dos estudantes pretos, revelando que as políticas

[5] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Interamericana de Porto Velho (2012). Desenvolveu pesquisa na área de Pedagogia de Projetos na Educação Bilíngue (eletiva). Possui certificação de formadora da Disciplina Positiva pela *Positive Discipline Association*. Atua em docência e na área de gestão escolar. Atualmente, é orientadora educacional na Maple Bear e pesquisa na área de mídia, educação e estudos culturais. Porto Velho/RO - Brasil.

[6] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Supervisora Escolar da Secretaria de Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Especialista em Assuntos Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED). Porto Velho/RO - Brasil.

[7] Professor do Departamento Acadêmico de Educação (DAED-RM) e da Especialização de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) do Campus Rolim de Moura e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na linha de Formação Docente do Campus José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia. Pós-Doutor em Comunicação (UEL/PR). Doutor em Educação (UEM/PR). Rolim de Moura/RO - Brasil.

delineadas para o contexto de ensino remoto não dialogam com a realidade concreta da raça preta.

Palavras-chave: Estudantes Pretos. Pandemia da Covid-19. Desigualdade.

EDUCATIONAL PANDEMIC AND THE INEQUALITY VIRUS: WHAT ABOUT BLACK STUDENTS?

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the inequality conditions of black students, which were more evidenced during the Covid-19 pandemic, and the remote learning process, from a video-documental research, supported by a bibliographical review. As secondary objectives, we investigated the ideal conditions for the post pandemic and school returning from the analyzed documents' perspectives and identified the concrete conditions of school education accessibility concerning remote learning for black students along the Covid-19 pandemic. This study of qualitative approach is documentary research. In order to analyze data, we used thematic categorization. From the results, we concluded that remote school education promoted in the pandemic context is against the right to education and thus is inaccessible to black students. This inaccessibility does not occur exclusively in the context and from it, but instead is a result of chronic social problems, which have been constructed along humanity history. This research points to the gap between ideal and concrete conditions of black students, revealing that the policies designed to the remote school education do not converse to the social reality of black people.

Keywords: Black students. Covid-19. Pandemic. Inequality.

LA PANDEMIA DE LA EDUCACIÓN Y EL VIRUS DE LA DESIGUALDAD: ¿Y LOS ESTUDIANTES NEGROS?

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo se manifiestan las desigualdades de los estudiantes negros manifestadas durante el período pandémico Covid-19 y la educación remota, a través de la investigación y análisis video-documental a partir de una revisión bibliográfica. Como objetivos específicos buscamos investigar las condiciones ideales en la perspectiva presentada en la lectura de los documentos producidos para orientar el período de aislamiento social y, a posteriori, el regreso a la educación presencial en el período pospandémico de

Covid. -19 e identificar las condiciones concretas de accesibilidad a la educación escolar en educación remota para estudiantes negros durante el período de la pandemia Covid-19. Este estudio cualitativo es un tipo de investigación documental. Para analizar los datos, utilizamos la categorización temática. De los datos analizados se concluye que la educación a distancia promovida en el contexto de la pandemia ha demostrado ser contraria al derecho a la educación e inaccesible para los estudiantes negros. Tal inaccesibilidad no solo ocurre en y desde este contexto, sino que es el resultado de problemas sociales crónicos acumulados a lo largo de la historia de la humanidad. La investigación apunta a una brecha entre las condiciones ideales y las condiciones concretas de los estudiantes negros, revelando que las políticas trazadas para el contexto de la educación a distancia no dialogan con la realidad concreta de la raza negra.

Palabras clave: Estudiantes negros. Pandemia de COVID-19. Desigualdad.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social crônica de alunos pretos tornou-se ainda mais evidente durante a pandemia da Covid-19 ocorrida no ano de 2020, devido ao fechamento das escolas em todo o Brasil. Muitos não tiveram acesso ao ensino remoto, devido às condições socioeconômicas de vulnerabilidade social, não sendo possível adquirir equipamentos eletrônicos ou conexão à internet. Ademais, a realidade concreta de muitos não os permitem desenvolver familiaridade com os dispositivos móveis e computadores ou ser acompanhado por um adulto mais experiente em suas atividades de estudo em casa.

O direito à educação pública escolar laica e de qualidade para os sujeitos, independentemente da cor, raça ou religião é assegurado pela Constituição Federal de 1988. Os saberes escolares deveriam promover a equidade entre os indivíduos. No entanto, no contexto de isolamento social e ensino remoto, muitos estudantes não tiveram condições de participar dessa configuração, sendo, desta forma, ainda mais excluídos socialmente em comparação ao cenário anterior, em que alguns serviços e acesso aos equipamentos eram promovidos pela escola. De acordo com dados do IBGE (2018), a desigualdade econômica

atinge majoritariamente as pessoas pretas ou pardas[8], que têm rendimento médio domiciliar per capita de metade do rendimento da raça branca, o que determina as condições gerais de vida.

Partindo deste contexto, delineamos perguntas que nortearam esta pesquisa, sendo elas: Como as questões de desigualdades étnico-raciais foram reveladas na pandemia? Quais são as condições concretas do ensino remoto para alunos pretos? Quais são as condições ideais de retorno às aulas no período pós-pandêmico?

Nossa pesquisa analisa as condições de desigualdades de alunos pretos reveladas no período de pandemia da Covid-19 e ensino remoto a partir de pesquisa vídeo-documental. Como objetivos específicos investigamos as condições ideais na perspectiva dos documentos analisados para o retorno ao ensino presencial no período pós-pandemia e identificar as condições concretas de acessibilidade à educação escolar no ensino remoto para os alunos pretos no período da pandemia.

A pesquisa de abordagem qualitativa está identificada como tipo documental, pois tem como corpus de análise vídeos e documentos do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Severino (2016, p. 133) define documento como: "[...] todo objeto (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD etc.) que se torna suporte material […]".

Além de apresentarmos uma revisão bibliográfica da literatura sobre estudantes pretos e a condição de desigualdade estrutural, buscamos como *corpus* de análise vídeos produzidos por pesquisadores especialistas em estudos sobre a raça preta e a desigualdade social, além de documentários curtos de canais selecionados.

Para garantir a representatividade de pessoas pretas, selecionamos dois

[8] Neste texto não entraremos no mérito das discussões sobre os significados e significantes sobre os termos "pardo" e "preto" por não ser objeto da reflexão. Mas, não significa concordância com a separação entre pardos e pretos, de acordo com as referências utilizadas.

vídeos do Canal Preto e um vídeo divulgado pelo portal da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Para selecionar os vídeos que compuseram nosso corpus de análise, pesquisamos em sites de buscas a partir dos seguintes termos: estudantes pretos na pandemia da Covid-19. O recorte temporal delimitado para seleção compreendeu o mês em que a pandemia foi anunciada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, março de 2020 a novembro de 2020, mês em que produzimos o artigo.

Para analisar os dados optamos pela análise temática. Braun e Clarke (2006) explicam que a análise temática é um método de análise qualitativo que "[...] oferece uma abordagem acessível e teoricamente flexível para análise de dados qualitativos" (p. 2). A utilização deste método norteia o processo de identificação de padrões e temas. No caso desta pesquisa, buscamos considerar a estrutura da pesquisa (objetivos, questões, problemas) e a estrutura de informações fornecidas pelos materiais para estabelecer os temas, ou categorias, de análise.

Este artigo está organizado quatro seções. A primeira apresenta um breve panorama das relações raciais na sociedade brasileira, a segunda aborda de maneira mais específica as perspectivas educacionais para a raça preta previstas na legislação nacional. A terceira seção discorre sobre a pandemia da Covid-19 e a paralisação das aulas remotas, considerando a situação de vulnerabilidade social dos estudantes pretos e a quarta seção, intitulada "O vírus da desigualdade: situação dos alunos pretos revelada no cenário pandêmico", desenvolve a apresentação, análise e discussão dos dados. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

UM BREVE PANORAMA DAS RELAÇÕES RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

As teorias raciais advêm de uma base com critérios delineados pelos determinantes biológicos. Foi no século XIX que estudos surgiram buscando

demonstrar como ocorreu a origem de características distintas entre os indivíduos. Ao apontar algumas questões conceituais, Munanga (1999) menciona uma concepção de uma pretensa superioridade racial de alguns povos sobre outros que utilizam determinadas teorias raciais para legitimar o poder de algumas sociedades sobre outras e justificar atos de violência explícitos ou velados. Adams (1997, p. 49) explica que "[...] ainda não há entendimento de que não se trata apenas de diferenças arquetípicas, mas também diferenças históricas, culturais e étnicas. História, cultura e etnicidade são circunstâncias que condicionam a natureza humana e nos diferenciam" (ADAMS, 1997, p. 49).

Na Europa e nos Estados essas teorias raciais pautavam-se na classificação dos sujeitos da sociedade pelas características físicas e intelectuais, determinando estágios de desenvolvimento. Outro ponto pautava-se na concepção de que as nações africanas poderiam ser classificadas como incivilizadas e atrasadas em seu desenvolvimento (GAUDIO, 2013). Essa forma de pensar nasceu das questões escravistas e deram origem à ideia de que somente a elite política tem direito ao intelecto.

Vale destacar que, com o término da escravidão, ocorreu uma marginalização da raça preta, tendo em vista que a maioria não teve condições de se desenvolver e oportunidades de participar plenamente como cidadão do sistema econômico daquela época, tendo em vista que não lhes foram garantidos qualquer direito.

> Basicamente foram quatro os argumentos que tiveram grande aceitação na sociedade brasileira daquele tempo: o primeiro, que havia raças diferentes entre os homens; segundo, que a "raça branca" era superior à "raça negra", ou seja, os brancos eram biologicamente mais inclinados à civilização do que os negros; terceiro, que havia relação entre raça, características físicas, valores e comportamentos; e, ainda, que as raças estavam em constante evolução, portanto era possível que uma sociedade pudesse ir de um estágio menos desenvolvido para outro mais adiantado, sob certas condições (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 205).

Munanga (2008) destaca que a pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça da elite, uma ameaça e um obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça se tornou o eixo do debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX.

O autor acredita que, por intermédio da mestiçagem, nasceria um sujeito típico brasileiro, que com o passar dos tempos, homogeneizaria a nação extinguindo a herança africana e seus estigmas culturais e fenotípicos da sociedade. Esse processo seria lento, levando cerca de seis a sete séculos para absorver negros, índios e mestiços da população brasileira (MUNANGA, 2008).

É possível observar que as questões raciais são delineadas por constantes reivindicações que visam demonstrar à sociedade a importância de reduzir os processos de desigualdades, racismo e preconceitos como instrumentos significativos para consolidar políticas públicas.

> O racismo, o preconceito e a discriminação são malefícios que existem tanto na escola, quanto na sociedade, muitas vezes mascarados ou assumidos descaradamente, estando presentes nas atitudes, nos valores em normas vigentes e nos procedimentos realizados habitualmente (ÁVILA, 2010, p. 18).

Esse olhar na sociedade brasileira ainda é visto por meio de uma visão pré-conceitual no qual os paradigmas precisam ser construídos novamente, no sentido de entender que o respeito ao outro deve prevalecer. Além disso, é prioritário viabilizar que a identidade é estruturada mediante os processos sociais.

> Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros. (...) Uma imagem desvalorativa/inferiorizante de negros, bem como a valorativa de indivíduos brancos, possa ser interiorizada, no decorrer da formação

> dos indivíduos, por intermédio dos processos socializadores. Diante disso, cada indivíduo socializado em nossa cultura poderá internalizar representações preconceituosas a respeito desse grupo sem se dar conta, ou até mesmo se dando conta por acreditar ser o mais correto (CAVALLEIRO, 2003, p. 19).

As ideias definidas para mencionar o conceito de raça devem ter a compreensão de um conjunto composto por aspectos sociais, linguísticos de caráter ideológico e sociopolítico. De acordo com o Dicionário de Relações Étnicas e Raciais, de Ellis Cashmore (2000), ocorreram mudanças na compreensão popular da palavra “raça”, sendo que o sentido dominante desse termo foi sempre ligado à ascendência, indicando diferentes tipos de seres humanos, no que diz respeito à constituição física e à capacidade mental.

Para Munanga (1999) o conceito de “raça não existe”, entretanto existem diferenças visíveis, que são as cores e suas nuances. “Raça” seria, nessa perspectiva, um conceito sociológico, com uma dimensão espaço-temporal (lugar e época), utilizado para designar as cores, que são, segundo ele, a “realidade”.

Em tempos contemporâneos, ao dialogar com Munanga, Ávila (2010, p. 25), norteia que o termo “raça” tem sido empregado por segmentos dos Movimentos Negros, bem como por alguns sociólogos, com uma nova interpretação da dimensão histórica, social e política desse termo.

Os referidos movimentos buscam enfatizar na sociedade que todos possuem direitos igualitários e que todo ser humano pode ascender no campo pessoal e profissional mediante os projetos individuais e coletivos na sociedade. Estes movimentos sociais têm em sua organização as lutas para garantir o direito humano e a reivindicação lutava para garantir uma educação, pois todos os indivíduos possuem o direito de desenvolver os campos cognitivo, intelectual e sócio emocional.

Compreender o panorama histórico das relações raciais em nossa sociedade é fundamental para reconhecermos o racismo que está entranhado

em nosso cotidiano e é reproduzido mesmo que, em alguns casos, inconscientemente. Almeida (2019) classificou o racismo em individual, institucional e estrutural.

> O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a *concepção individualista*, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos (ALMEIDA, 2019, p. 29).

Entendemos que se um grupo de pessoas comete uma atitude racista, independente do motivo que fez com que essas pessoas ajam de maneira criminosa, as ações devem ser vistas como individuais e, sendo assim, cada qual responde pelo seu próprio ato. No entanto, negar a motivação e apenas olhar cada caso isoladamente é negar um sistema que massacra uma raça por séculos.

Almeida (2019, p. 30) aponta que "[...] o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça". Assim, entendemos que ações racistas individuais e institucionais são reflexos de uma sociedade que tem em sua estrutura o racismo, fazendo com que atitudes racistas como, por exemplo, uma piada na qual o preto é depreciado seja socialmente aceitável.

Embora seja comum a ideia de que o Brasil é um país de múltiplas cores e raças, no qual todos os indivíduos vivem harmoniosamente de forma aparentemente democrática, constituindo a identidade nacional, sabemos que essa não é a realidade pois temos em nosso cotidiano o racismo individual, institucional e estrutural.

AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS PARA A RAÇA PRETA NA LEGISLAÇÃO NACIONAL

A Constituição Federal de 1988 delimita em seu Art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Assim, todos os brasileiros perante a lei são iguais, não podendo haver distinção de qualquer natureza, nem inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, além de considerar a prática de racismo um crime como combate à discriminação racial, inafiançável para aqueles que cometerem.

Essa forma de assegurar a aprendizagem também é validada e assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, ao instituir o Art. 2º.

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 1).

Neste sentido, a educação escolar deveria assegurar o direito à aprendizagem para a formação das futuras gerações, mediante uma propositura que norteasse o conhecimento para o desenvolvimento pleno dos cidadãos, oportunizando as múltiplas culturas, etnias, gênero, linguagens, bem como expertises para criticidade e reflexão no sentido de contribuir para autonomia e o respeito em relação às discriminações e preconceitos da sociedade.

No Brasil, observamos um quadro significativo de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais, somado a um quadro de racismo e discriminação. Diante dessa situação, inúmeros movimentos surgem combatendo e resistindo ao preconceito racial e lutando pela democracia racial em todo território brasileiro, no qual as condições deveriam ser harmoniosas e igualitárias para todos.

Atendendo a necessidade de políticas públicas que implementasse ações de combate às desigualdades sociais e educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi alterada por meio da Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que determinou a obrigatoriedade de ensinar História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todo âmbito educacional.

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
> § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
> § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica ensejou mudanças pedagógicas, até mesmo no percurso formativo inicial dos professores, com o objetivo de ampliar os estudos para toda a população, entendendo que sua relevância não se restringe à raça preta, mas à população brasileira que se objetiva formar: "[...] uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 17).

Em 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE), deliberou a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

> As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm entre seus objetivos, a busca em disseminar a produção de conhecimentos possibilitando a formação de "[...] cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática" (BRASIL, 2004, p. 10).

Para Romão (2005, p. 12), a Lei nº 10.639/03 tem um papel fundamental de propor o início de práticas educacionais que visam romper com um modelo curricular com base em um único valor civilizatório.

> Reforçamos que um dos aspectos relevantes que nos traz a Lei 10.639/03 é o do restabelecimento do diálogo, rompendo-se o monólogo até então instituído, que trazia por referência ao falar e o fazer escolar com base em um único valor civilizatório. A lei, portanto, rompe com a ideia de subordinação racial no campo das ideias e das práticas educacionais, e propõe reconceituar, valores e as relações raciais na educação e na sociedade brasileira.

No entanto, é importante frisar que a propositura de uma lei não indica um real rompimento na prática, tendo em vista que se trata de um processo que deve ser construído cotidianamente nas escolas ao longo do tempo. Tal processo demanda uma ação reflexiva de combate ao racismo, preconceito e discriminação, além de formação adequada para os professores e gestores escolares, com vistas a alterar a cultura e a forma de pensar da equipe escolar, dos estudantes e da comunidade.

É importante ressaltar que as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que precederam a LDB 9394/96 vigente, sendo elas a LDB nº 4.024/61 e a LDB nº 5.692/71, evidenciaram uma análise referente à questão da raça no âmbito educacional, enfatizando duras críticas à miscigenação e às relações inter-raciais.

Outro marco importante no campo educacional ocorreu no ano de 1998 com a inserção da temática Pluralidade Cultural como um dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como parte do Programa Nacional de Políticas Afirmativas do Governo Federal (BRASIL, 1997).

A inclusão dessa temática para os estudantes possibilita que o conhecimento ocorra de maneira a valorizar a cultura e valores que devem ser perpetuados mediante saberes dos povos, família, língua, tradições religiosas e aspectos da cultura de cada grupo ou nação. Nesse sentido, Souza (2001)

evidencia que incluir nos currículos escolares a diversidade racial e cultural é como um caleidoscópio de teorias que não ajudam a orientar e justificar as ações propostas.

Gaudio (2013, p. 62) destaca que no país foi fundada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no ano de 2003, com a "[...] intencionalidade de promover discussões acerca das relações raciais, e o alcançar de objetivos em formular, coordenar e articular políticas públicas de promoção da igualdade racial". No entanto, foi somente com a Lei Federal 10.639/03 que ocorreu a obrigatoriedade da inserção nos currículos oficiais da Rede de Ensino a temática referente à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares.

Ávila (2010, p. 48), enfatiza que deve ser inserido no campo educacional um currículo que colabore para diminuir aspectos raciais que trabalhem a pluralidade cultural e que legitime as bases para que a unidade escolar possa ser um espaço de aprendizagem e combate à cultura de discriminação racial.

> O currículo multicultural é uma construção social, no sentido que está diretamente ligado a um momento histórico, a uma determinada sociedade e as relações que esta estabelece com o conhecimento, partindo desse pressuposto, teremos nas diversas realidades uma pluralidade de objetivos com relação ao que ensinar no sentido de que os conteúdos propostos compõem um quadro bastante diverso e ao mesmo tempo peculiar.

É sabido que mudanças no pensamento e cultura de um povo não estão garantidas com a publicação de leis e documentos, mas entendemos que as políticas quando bem implementadas e avaliadas são fundamentais para o início de um longo processo. Os avanços na perspectiva das políticas educacionais curriculares para a raça preta são fruto de uma construção social e de uma história de luta. A legislação não garante as condições ideias para os estudantes pretos e isso tornou-se ainda mais evidente no período pandêmico.

Compreendemos que a escola é um espaço contraditório no qual se refletem todos os problemas sociais e no qual existe possibilidades de construção de uma sociedade mais justa. A escola tem o potencial transformador da cultura de desigualdade racial, pois o conhecimento escolar pode levar o indivíduo a compreender os mecanismos de discriminação, injustiça e perpetuação de relações de desigualdade. Para tanto, as políticas curriculares nacionais devem criar possibilidades. Embora os avanços tenham sido mínimos, considerando a proporção da dívida social com a raça preta que se deu por meio de um crime com sequelas gravíssimas até os dias atuais, é imprescindível que eles sejam vistos como possibilidades de novas conquistas.

A PANDEMIA DA COVID-19 E A PARALISAÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

Com a orientação de distanciamento social no ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19, houve a necessidade de mudanças no cotidiano das pessoas para garantir o achatamento da curva dos casos da doença. No dia 11 de março de 2020, o diretor geral da Organização Mundial da Saúde - OMS[9], fez uma declaração da situação pandêmica que viria a afetar todo o planeta. O número de casos inicialmente ocorridos na China já havia atingido diversos países do mundo.

Neste novo cenário, a incerteza tomou conta de pais, alunos e educadores. Inúmeras medidas foram tomadas, dentre elas, o fechamento das escolas e o início do ensino remoto. Segundo a UNESCO (2020), milhões de estudantes foram afetados. “Esses fechamentos em todo o país estão provocando impacto em mais de 70% da população estudantil do mundo.” (UNESCO, 2020).

[9] Notícia divulgada no site oficial da OMS, disponível em: https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020. Acesso em nov. 2020.

A Covid-19 trouxe significativas rupturas e mudanças globais de ordem econômica, social, cultural, educacional e política. Diante da busca de proteção no que tange à grande ameaça para a saúde e, ao mesmo tempo, pelas grandes incertezas em relação ao futuro, somente serviços de extrema necessidade estavam à disposição dos indivíduos. Com isso, um dos cenários mais afetados, de forma direta, foi a escola, visto que após os decretos de calamidade pública as unidades escolares fecharam as portas e precisaram de uma reconfiguração em sua organização, de forma a garantir a continuidade do desenvolvimento e integralização dos saberes.

A medida provisória n.º 934, em caráter excepcional, foi publicada no dia 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020), desobrigando o cumprimento dos 200 dias letivos para a Educação Básica. Uma atitude necessária, uma vez que o distanciamento social tornou-se imperativo como medida de segurança social. Com este desafio, o Ministério da Educação instituiu as Portarias n.º 343/2020, nº 345/2020 e nº 395/2020, que em seus textos legais fizeram a substituição das aulas no formato presencial por um ensino que utilizem os meios e as tecnologias de informação e comunicação, denominado este formato como aulas remotas.

O formato do ensino remoto demandado no período pandêmico de Covid-19, em 2020, trouxe uma série de situações conflitantes entre as condições necessárias de implementação e as condições reais das classes sociais mais vulneráveis. Os estudantes pretos foram dos grupos sociais mais vulneráveis e com menor condições estruturais de adequarem-se às demandas em função de sua situação econômica. Tal condição, como vimos, não surgiu na pandemia, mas é consequência histórica dos crimes sociais contra a raça preta. No entanto, tornou-se ainda mais evidente, uma vez com o fechamento das escolas, uma série de recursos advindos delas tornaram-se inacessíveis.

A seguir apresentamos alguns índices estatísticos do IBGE (2019) que retratam o quadro de desigualdades étnicas raciais latentes em nossa sociedade brasileira, mesmo na contemporaneidade.

Quadro 1: Dados estatísticos sobre a desigualdade social dos jovens pretos

	Pretos ou pardos (2016)	Pretos ou pardos (2018)	Brancos (2018)
Frequência à creche ou escola (0 a 5 anos)	49,1%	53,0%	55,8%
Crianças (6 a 10 anos) cursando os anos iniciais do ensino fundamental	-	95,8%	96,5%
Taxa de analfabetismo das pessoas (15 anos ou mais)	9,8%	9,1%	3,9%
População (18 - 24 anos) o percentual cursando o ensino superior:	50,5%	55,6%	78,8%
Jovens (18 - 24 anos) com menos de 11 anos de estudo e que não frequentava escola	30,8%	28,8%	17,4%
Pessoas (25 anos ou mais) com pelo menos ensino médio completo	37,3%	40,3%	55,8%

Fonte: próprias autoras (2020) - elaborado pelas autoras a partir de dados extraídos do IBGE, 2019 (BRASIL, IBGE, 2019).

Nos índices de 2018 os pretos passaram a ser 50,3% dos estudantes de ensino superior da rede pública. Embora os dados demonstram um aumento da escolarização, ainda permanece a desigualdade em relação aos brancos. Assim, percebemos que praticamente não há diferença entre a proporção de crianças de 6 a 10 anos brancas (96,5%) e pretas ou pardas (95,8%) cursando os anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, IBGE, 2019). O que não significa, entretanto, que elas tenham as mesmas condições de acessar uma escolarização de qualidade, uma vez que em sua grande maioria as crianças pretas não têm a ajuda e acompanhamento dos pais, seja pela falta de instrução ou pela necessidade de trabalhar mais para garantir o mesmo salário que um branco (ou metade do salário dos brancos, como vimos anteriormente).

Defendemos que as perspectivas educacionais para os estudantes pretos devem ser oportunizadas de forma que garanta a sua autonomia e os direitos para o exercício de sua cidadania, por meio de um processo de igualdade de condições de acesso à educação escolar. Porém, para que isso aconteça se faz

necessário que os responsáveis por criar documentos voltadas à educação não somente reconheçam e considerem os abismos sociais existentes no Brasil, mas também viabilizem recursos materiais e orçamentários, bem como, alternativas tangíveis.

As condições sociais de vulnerabilidade da raça preta foram drasticamente alteradas com a inacessibilidade dos alunos pretos aos recursos promovidos pela escola, tais como alimentação escolar, apoio pedagógico, equipamentos, etc. As políticas existentes para a educação não deram conta de garantir o ensino público gratuito igualitário, pois não se articulam com outras políticas sociais de distribuição de renda, por exemplo.

O VÍRUS DA DESIGUALDADE: SITUAÇÃO DOS ALUNOS PRETOS REVELADA NO CENÁRIO PANDÊMICO

Neste tópico trataremos da apresentação, análise e discussão dos dados. Para nomear essa seção consideramos a situação crônica em que a desigualdade se instaura na sociedade brasileira, especialmente em relação à raça preta. Como um vírus do qual nossa sociedade ainda não foi capaz de encontrar alternativas de proteção e segurança, a desigualdade se perpetua ao longo da nossa história.

Para responder nossas perguntas de pesquisa e atender aos objetivos estabelecidos, selecionamos seis vídeos sobre as condições educacionais de alunos pretos na pandemia, bem como de dois documentos oficiais elaborados pelo Governo Federal para o retorno às aulas após o período pandêmico, sendo um do Ministério da Saúde intitulado “Orientações para retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica no contexto da pandemia da Covid-19”, publicado em setembro de 2020, e o outro do Ministério da Educação, publicado em outubro de 2020, denominado “Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica”.

Conforme exposto na introdução deste artigo, os vídeos foram selecionados a partir de palavras-chave, sendo três vídeos longos produzidos especificamente por debates acadêmicos e pesquisadores da raça preta e três vídeos curtos documentando a situação de exclusão desse grupo social. Dois vídeos foram selecionados do Canal Preto e um vídeo oficial da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, no qual uma pesquisadora e um estudante preto representante do Grêmio estudantil foram entrevistados.

Iniciaremos a discussão e análise dos dados apresentando um quadro no qual organizamos alguns pontos mencionados pelos documentos orientadores de retorno ao ensino presencial. Nele, mostramos as orientações dos dois documentos, os quais desencadeiam em expectativas interpretadas pelas autoras deste artigo. Em seguida, na quarta coluna, apresentamos alguns dados mencionados nos vídeos analisados, os quais se contrapõem às tais expectativas.

Quadro 2: Orientações para o retorno das atividades presenciais nas escolas no pós pandemia: expectativas e realidades

Documento do Ministério da Saúde	Documento do Ministério da Educação	Expectativa apresentadas nos documentos	Realidade das escolas periféricas
Aumentar o espaço entre as mesas/cadeiras e demais espaços de ocupação pelos alunos da sala de aula, laboratórios e outros ambientes, reorganizando para manter a distância de pelo menos 1 metro entre os estudantes.	Definir a quantidade de alunos a ser distribuída em cada sala de aula, respeitando-se o distanciamento mínimo de 1 metro.	Salas amplas e/ou com um número pequeno de alunos para garantir o distanciamento.	Salas lotadas de alunos (35 alunos em média) em um espaço pequeno.
Orientar que os estudantes levem suas garrafas de água, evitando a utilização de bebedouros coletivos e o compartilhamento de garrafas.	Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres, nem materiais didáticos, brinquedos ou jogos.	Espera-se que os alunos tenham objetos individuais para evitar contaminação.	Famílias de baixa renda com muitos filhos que precisam compartilhar tudo.

Intensificar a frequência de limpeza e desinfecção para minimizar o potencial de exposição a gotículas respiratórias, com ações como: Limpar e desinfetar rotineiramente todas as áreas, locais comuns, superfícies e objetos, em especial aqueles que são frequentemente tocados. [...]	Organizar o sistema de higienização e limpeza, com períodos de fechamento para desinfecção geral das áreas comuns, em especial de banheiros e salas de aula, observando que áreas de difícil limpeza como os parquinhos devem ser isoladas.	Equipes de limpeza que consigam escalonar as atividades para que possam abarcar toda essa nova demanda.	Muita demanda e escasso recurso humano para trabalhar na limpeza das escolas.
Escalonar os horários de chegada e saída dos estudantes e o intervalo entre as turmas, limitando o contato próximo entre eles.	Planejar e comunicar a organização de horários intercalados para a entrada, saída, alimentação e intervalo escolar de modo a evitar aglomerações.	Disponibilidade de horário dos pais que precisam levar as crianças na escola.	Pais, muitas vezes mães solteiras, que não têm flexibilidade de horários.
Realizar as refeições nas salas de aula em vez de utilizar o refeitório ou escalonar o uso do refeitório, que deve ser devidamente higienizado entre a troca das turmas, mantendo o distanciamento mínimo de 1 metro entre os estudantes.	Priorizar, sempre que possível, refeições empratadas em vez do autosserviço; no caso de refeitórios que possuem balcão de serviço, do tipo bufê, com serviço realizado por funcionário, é recomendável a instalação de barreira física que impeça a contaminação dos alimentos e utensílios por gotículas de saliva.	Espaços amplos e uma quantidade suficiente de colaboradores para supervisionar e higienizar o local nas trocas de turmas.	Espaços pequenos e poucos trabalhadores para supervisionar e higienizar o local nas trocas de turmas.

Fonte: próprias autoras (2020) - elaborado pelas autoras a partir do documento do MEC e dados dos vídeos, 2020.

Desconsiderando as diversidades existentes no território brasileiro, o documento elaborado pelo Ministério da Saúde evidencia a disparidade na realidade de grande parte das escolas que não apresenta condições de infraestrutura para cumprir com as orientações. Neste sentido, somos levados a questionar para qual realidade esses documentos estão direcionados.

Perceber o abismo que há em nossa sociedade no que tange ao acesso de pessoas pretas à educação de qualidade não é fácil dentro de uma sociedade

que camufla, ou negligência, e legitima o racismo e a desigualdade existentes. Os documentos apontam algumas medidas de segurança desconsiderando as diversidades existentes no país. Analisando o quadro 1, de acordo com o IBGE, entendemos que a população mais afetada pela desigualdade social são pessoas pretas. Apesar de mencionar brevemente que as diferenças precisariam ser analisadas caso a caso, os documentos não apresentam quaisquer alternativas ou recursos para enfrentar as desigualdades existentes.

Com o intuito de organizar os dados para análise, estabelecemos no quadro 3 um código para cada vídeo, com a finalidade de promover a identificação rápida sobre qual objeto extraímos a informação.

Quadro 3 - Corpus de análise: vídeos selecionados

Cód.	Canal	Título	Tipo	Link de acesso
V1	CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade	Pandemia e Acirramento das desigualdades Educacionais 181 visualizações •Transmitido ao vivo em 22/09/2020.	Live acadêmica	https://www.youtube.com/watch?v=gGMRSLJ1qOA&t=155s
V2	Audre Lorde Pesquisa e Ativismo	A Educação pós-pandemia: reflexões, horizontes e contradições.	Live acadêmica	https://www.youtube.com/watch?v=RHPr2KbjGyg&feature=youtu.be
V3	Atividades Integradoras ATIs	A pandemia e a questão étnico-racial: algumas reflexões •Transmitido ao vivo em 25/06/2020	Live acadêmica	https://www.youtube.com/watch?v=_3ZAzs4mHgQ
V4	Canal Preto	Desigualdades em tempos de COVID-19 - Canal Preto 16/04/ 2020	Documentário curto	https://www.youtube.com/watch?v=GLy38BPUHQo
V5	Canal Preto	Exclusão digital e direito à Educação - Canal Preto 11/06/2020	Documentário curto	https://www.youtube.com/watch?v=T-omlvMjs_Q

V6	Canal Saúde Oficial	Pandemia e Desigualdade na Educação – Bate Papo na Saúde 29/07/2020	Documentário curto	https://portal.fiocruz.br/video/pandemia-e-desigualdade-na-educacao-bate-papo-na-saude

Fonte: próprias autoras (2020).

Para estabelecer os temas de análise, ou categorias, contrapomos as estruturas da pesquisa, considerando nosso referencial teórico, o objetivo, o problema e a pergunta de pesquisa, com as estruturas emergidas dos materiais analisados. Desta maneira, os seguintes temas centrais foram estabelecidos: a) desigualdades étnico-raciais reveladas na pandemia; b) condições concretas do ensino remoto para os alunos pretos e c) condições ideais de retorno às aulas no período pós-pandêmico. Para identificar os subtemas, ou subcategorias, de cada tema, assistimos ao vídeo buscando os padrões, conforme apresentamos a seguir.

a) **Desigualdades étnico-raciais reveladas na pandemia:**

1. maior número de pessoas pretas infectados (V1,I1) (V3); (V5);
2. maior número de óbitos da população preta e parda (V1, I1); (V3, I2, I3);
3. elevado grau de vulnerabilidade para mulheres negras (V3, I1 e I2)
4. maior número de trabalhadores informais (V5);
5. maior índice de violência contra a mulher (V5, I4);
6. crianças ficam sem supervisão de adultos para os pais trabalharem (V2, I2); (V5, I4; V6);
7. importância da atuação das mídias comunitárias (V5, I6);
8. desigualdade social e econômica na educação (V6, I2);
9. maior grau de vulnerabilidade da população preta (V3, I3)
10. maior número de trabalhos manuais (V3, I3);
11. baixa renda per capita da mulher preta (V3, I3);
12. inacessibilidade aos direitos básicos (V3, I4);

13. necessidade de políticas públicas específica para a população preta (V3,I4).

No primeiro tema, desigualdades étnico-raciais reveladas na pandemia, treze subtemas, ou subcategorias, foram localizados nos seis vídeos analisados. Entre eles, o subtema 1: maior número de pessoas pretas infectados, foi abordado em três vídeos V1, V3 e V5; o subtema 2: maior número de óbitos da população preta e parda, foi citado nos V1 e V3, por dois informantes, e o subtema 6: crianças ficam sem supervisão de adultos para os pais trabalharem ganhou destaque em dois dos seis vídeos V2 e V5.

Os vídeos, de forma geral**,** trazem reflexões a respeito da questão étnico-racial e partes do contexto histórico da população preta. Dados revelam que na pandemia o números de pessoas infectadas com COVID-19 e com síndrome respiratória aguda grave (SRAG) é maior em pretos, pardos e indígenas e mostra que a tendência de óbito e internação para essas pessoas é maior. O IBGE aponta que a periferia é habitada por pessoas pretas e mais pobres que continuam sendo marginalizadas. Por isso a necessidade de discutir o contexto histórico e o abismo existente para combater o racismo.

A desigualdade econômica crônica implica na distribuição de renda, setores de economia, trabalho e suas divisões. A remuneração da população preta é menor do que a de brancos, conforme vimos os dados do IBGE (2019). Isso é mais latente para a mulher preta, tendo em vista que a renda dela é menor do que a do homem preto, fato esse abordado no V3 e também comprovado pelo IBGE.

O V4 versa sobre aspectos como prestação de serviços essenciais, desigualdade urbana, informalidade, desigualdade social. Essas questões são apresentadas e os argumentos respaldados por meio de dados do IBGE de 2018 e Fundação Getúlio Vargas. Para o questionamento “Onde moram pessoas que prestam serviços essenciais?” Temos como resposta que “13,6 milhões de

pessoas vivem na periferia do Brasil", conforme dados do Data Favela." Destacamos que a pesquisa do Data Favela é realizada pelos moradores das comunidades. Dados da população preta pobre demostram que "67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negro, dados da Sociedade brasileira de medicina de família e comunidade e que "47,3% das pessoas negras trabalham em postos informais (IBGE 2018)". Dessa forma, ressaltam que a desigualdade no período pandêmico na favela torna-se ainda mais evidente. Como higienizar as mãos se falta água? Como manter o distanciamento social dos que necessitam trabalhar se a casa em que convivem várias pessoas há 1 ou 2 cômodos? Ou ainda se há pessoas do grupo de risco que precisam manter distanciamento?

Neste sentido, o V6 trouxe reflexões sobre como a pandemia evidencia as questões de desigualdade mais básicas, como por exemplo a falta de isolamento. Como cumprir o distanciamento se os alunos muitas vezes têm uma rotina que não permite o isolamento? Os lares não têm infraestrutura e há um quantitativo grande de pessoas dividindo o mesmo espaço. Os pais precisam trabalhar para prover o sustento e as crianças ficam sozinhas e desassistidas.

No V1, a informante 2, uma educadora e pesquisadora declarou que "[...] a pandemia tem revelado um país, que historicamente o movimento negro sempre denunciou, que é um país de extrema desigualdade [...]". Ao citar o documento "Orientações para retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica no contexto da pandemia da Covid-19", o qual também analisamos neste artigo, a informante fez uma crítica ao documento que não contempla as desigualdades e indagou "Que país é esse? Que escola é essa?".

Desta maneira, entendemos que as desigualdades sempre existiram para a raça preta. Entretanto, a pandemia as tornou ainda mais evidentes, pois suas demandas, seja de segurança, proteção e saúde ou demandas educacionais com o ensino remoto foram totalmente inviáveis para os jovens pretos que só

têm acesso a uma mínima parcela desses aspectos justamente quando frequentam as escolas.

Assim, essas desigualdades ensejam nas condições **concretas do ensino remoto para os alunos pretos**. A partir dos dados, os seguintes subtemas, ou subcategorias, foram identificados:

b) Condições concretas do ensino remoto para os alunos pretos

1. falta de acesso à internet (V1, I3); (V2, I1); (V5); (V6, I2, I3);
2. falta de computadores (V1, I3); (V2, I1); (V5); (V6, I2);
3. falta de materiais pedagógicos (V5); (V6, I2);
4. evasão escolar entre jovens pretos (V5);
5. falta estrutura emocional dos alunos (V2, I2);
6. falta de autonomia dos estudantes (V1, I3);
7. falta de auxílio dos professores (V6, I2);
8. falta de supervisão e/ou instrução do responsável (V1, I3); (V2, I2);
9. falta de acesso à alimentação escolar; (V2, I1 e I2); (V5, I4); (V6, I2);
10. falta de saneamento básico, água potável (V1, I3); (V6, I2);
11. falta de serviços essenciais (V4, I1); (V6, I2);
12. falta de adequação do espaço físico (V2, I2); (V5, I1); (V6, I2);
13. falta de acesso à saúde (V4); (V6, I2);
14. continuidade do calendário escolar (V6, I2).

Em relação a esse tema identificamos 14 subtemas. Destes, o subtema 1 - falta de acesso à internet e 2 falta de computadores, foram os mais recorrentes aparecendo em 4 dos 6 vídeos. Os subtemas - 9 falta de acesso à alimentação escolar e 12 - falta de adequação do espaço físico foram contemplados em 3 dos 6 vídeos cada.

Os dados acima nos levam a entender que estes alunos não tiveram a mínima condição de estrutura para o desenvolvimento das atividades remotas,

proposto nesse contexto pandêmico, o que reforça o discurso da pretensa universalização de acesso aos meios digitais, plataformas de comunicação, e também da cultura digital, uma das dez competências propostas pela BNCC. No entanto, apesar desse documento sustentar muitos discursos sobre acessibilidade, não condiz com o verdadeiro contexto da disparidade social que veio à tona.

O V5 trata sobre a promoção de políticas afirmativas e a inclusão de profissionais pretos no sistema educacional e apresenta relatos de uma professora pesquisadora e de um professor e pesquisador sobre a invisibilidade da raça preta dentro da escola. Na visão dos dois informantes a educação escolar deveria propiciar aprendizagens e projeto de vida, porém com o ensino remoto e as condições concretas em que ocorrem, com a precariedade da internet, ou ainda a internet móvel com pacote limitado, dentre outros, não é possível concretizá-lo, o que fortalece a desigualdades de classe, com a inacessibilidade dos alunos pretos à escolarização nesse formato.

No V5, a I1 destaca que a educação precisa ser discutida por aqueles que conhecem “o chão da escola pública”, atores do processo educativo, como liderança comunitária, e não por aqueles que desconhecem a realidade do ensino público brasileiro, pois essa discussão carece de pessoas que vivenciam, conhecem a realidade existente no ensino público. Neste contexto, envolver esses sujeitos na elaboração dos documentos orientadores para o retorno às aulas e na proposição de políticas orçamentárias emergenciais para minimizar os prejuízos decorrentes das desigualdades no ensino remoto teria sido de grande relevância social e aplicabilidade.

Também no V5, identificamos uma fala da informante 2 que afirma que “[s]e é lá na escola que, muitas vezes, eu encontro dificuldade de me pensar como sujeito negro, também é lá que eu encontro muitas saídas”. A escola precisa ser afirmada enquanto escola, não podemos negligenciar e nem silenciar o que a pandemia intensificou e que já era “perceptível aos olhos”. No entanto,

a escola ainda é o espaço para minimizar as diferenças essas desigualdades e possibilitar a realização de sonhos.

A escola é o lugar em que os jovens têm a possibilidade de ter acesso ao conhecimento sistematizado, a cultura e, em alguns casos, muitos alunos dependem exclusivamente dela. Quando a escola não tem estrutura adequada para atender essas demandas ela escancara as desigualdades sociais. A escola pública deveria promover mais equidade, porém no contexto pandêmico as desigualdades do ensino remoto revelam o abismo das políticas públicas, da falta de estrutura, de equipamentos, professores sobrecarregados e da desigualdade social.

Além das desigualdades mais escancaradas no contexto pandêmico, não se pode ignorar que as políticas de financiamento para a educação veem sofrendo um estrangulamento desde o ano de 2015. Neste contexto, a informante 1 no V1 menciona o que ela trata de “desfinanciamento da educação”. De uma política de subfinanciamento que a Educação já vinha passando, a partir da crise política e econômica que se instaurou no Brasil desde 2015, cedeu lugar para uma política de desfinanciamento, afetando ainda mais os pobres e pretos.

Na sequência apresentamos as condições ideias mencionadas pelos informantes dos vídeos selecionados, muitas delas já explicitadas nos documentos analisados. A partir dos dados, os seguintes subtemas, ou subcategorias, foram identificados:

c) Condições ideais de retorno às aulas no período pós-pandêmico

1. menos alunos por sala de aula (V1, I1); (V5, I1);
2. mais professores na escola (V1, I1);
3. mais condições de proteção e segurança (V4);
4. alimentação de qualidade (V1, I1); (V6, I2);
5. recurso emergencial (V1);
6. reestruturação do currículo de formação de professores (V2, I2);

7. boa regulamentação de custo/aluno-qualidade (CAQ) para a regulamentação do FUNDEB (V1, I1);
8. permanência dos alunos com questões pedagógicas;
9. pouca ação do estado (V6, I2);
10. papel da escola no pós-pandemia (V3, I4).

Sobre as condições ideais de retorno às aulas presenciais no período pós-pandêmico, identificamos 10 subtemas. De maneira geral, observamos que essas condições são colocadas como distantes da realidade dos alunos pretos que tiveram seus direitos de aprendizagem suprimidos e demandam políticas afirmativas estruturantes que possibilitem minimizar os prejuízos para a raça preta. O papel do estado é colocado como fundamental para a elaboração e implementação de políticas orçamentárias para a educação, para o estabelecimento de recursos emergenciais que garantam a aplicação das orientações do MEC para o retorno seguro, dentre elas a diminuição do número de alunos por turma, a contratação de mais professores, a ampliação das condições de proteção e segurança, a promoção de uma alimentação escolar de qualidade etc.

Embora a distância entre as condições ideias e o cenário concreto dos estudantes pretos seja reconhecida na maioria das falas dos informantes, identificamos um apontamento da informante 1, no V1, o qual elencamos no subtema 7, que trata da importância de uma boa regulamentação do custo aluno-qualidade com o recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Vale salientar que o FUNDEB tornou-se permanente na Constituição Federal com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 15/2015, atualmente a Emenda Constitucional 108/2020. No entanto, para que esse direito constitucional alcance as dimensões necessárias, sua regulamentação deve ser bem planejada e sua implantação bem articulada com as reais necessidades e vistas às condições concretas dos alunos pretos.

Além dos recursos previstos em lei, é necessário pensar em recursos emergenciais, o subtema 5, pois o cenário trouxe prejuízos que devem ser dirimidos para combater a perpetuação da desigualdade. Neste contexto, diversos pontos foram levantados nos vídeos analisados, todos eles requerem recursos orçamentários para execução como aumentar o número de professores, diminuir o número de estudantes por sala, fornecer alimentação de qualidade, promover mais segurança e proteção aos estudantes, investir na formação dos professores e prestar suporte pedagógico aos estudantes com mais dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou analisar as consequências da Covid-19 e as desigualdades que assolam os alunos da raça preta. Com os dados produzidos e analisados, foi possível perceber que a pandemia potencializou o racismo estrutural e a desigualdade social existentes em nosso país.

Por meio da análise dos documentos apresentados, observamos que apesar de muitas vezes negado e velado, o racismo historicamente massacra um grupo de pessoas condenado até mesmo a morte por falta de políticas públicas afirmativas que olhem para os pretos e reconheçam a opressão que foi iniciada ainda no período colonial, sendo ainda mais evidenciada no ano de 2020 agravada por uma pandemia que provocou ainda mais assimetrias sociais, principalmente para quem tinha na escola de educação básica a única chance literalmente de ser criança, ainda que por algumas horas.

Neste sentido, a escola apresenta-se como um espaço de contradições, pois por um lado é um lugar de sonhos e busca por instruções que podem ascender um grupo desprivilegiado. Por outro, é um lugar em que as desigualdades são evidenciadas, o que ficou claro ao observar os documentos de orientação do pós-pandemia do Ministério da Saúde e do Ministério da

Educação, uma vez que tais orientações não dialogam com a realidade de muitas escolas periféricas e quilombolas.

Em meio a um cenário de incertezas, notamos que os desafios são variados e atingem os indivíduos de diferentes formas. Sabemos que o ensino remoto não é o ideal, no entanto tornou-se necessário para preservar vidas. Os mais prejudicados neste contexto foram os estudantes pretos que, conforme dados do o IBGE 2018, é o grupo que menos tem acesso a computadores, tornando o modelo ensino remoto uma realidade para poucos. Não podemos deixar de mencionar os desafios postos aos professores, muitos também não possuem equipamentos, condições estruturais em casa e ainda se veem mergulhados num emaranhado de demandas da vida doméstica e da vida profissional.

Não existe uma única realidade. As realidades são diversas e de vários níveis e atingem as pessoas de diferentes formas. Nem estamos tratando de escolas privadas que vivenciam uma realidade não tratada neste artigo, mas mesmo as escolas públicas, sejam elas da zona rural, de periferias, centrais, nas favelas etc. Embora muitas escolas sejam precárias, é por meio delas que os estudantes pretos têm acesso aos recursos, ao apoio pedagógico, à alimentação escolar e, em muitos casos, até mesmo à segurança contra a violência doméstica. Reafirmamos, desta maneira, o papel essencial da escola de combate às desigualdades, de acesso mínimo às políticas sociais, de luta política contra a discriminação e contra o racismo estrutural. É preciso repensar nessas realidades e buscar alternativas de compensação e minimização dos prejuízos sociais. Mesmo com as evidências da desigualdade expostas no período pandêmico, não foi possível perceber quaisquer medidas concretas para compensar as desigualdades e a negligência histórica em desfavor da raça preta.

Referências

ADAMS, M. **The Multicultural Imagination**. New York: Routledge, 1997.

ALBUQUERQUE, W.R. de. FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ÁVILA, I. A. **Questões étnico-raciais e a Educação**: um currículo multicultural que reconstrua práticas pedagógicas centradas na diferença e na justiça social. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília, 1988.

BRASIL. Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica. **Ministério da Educação**. 07 de outubro. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaderetornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf. Acesso em: novembro 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96.** Brasília. 1996.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934**, de 01 de abril de 2020. Medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. Medida Provisória Nº 934. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 abril. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira.** In: Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Orientações para retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica no contexto da pandemia da Covid-19. **Ministério da Saúde**. 18 de setembro. 2020. Disponível em:https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/September/18/doc-orientador-para-retomada-segura-das-escolas-no-contexto-da-covid-19.pdf. Acesso em: novembro 2020.

BRASIL. **Portaria MEC nº 345, de 19 de março de 2020**. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020.** Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887. 2006. Disponível em: https://uwe-repository.worktribe.com/output/1043060. Acesso em nov. 2020.

CAHSMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAUDIO, E. S. **Relações Sociais na Educação Infantil:** dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2013.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece.** Agência IBGE Notícias. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-

desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece. Acesso em: 16 de nov. 2020.

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ROMÃO, J. **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

UNESCO. COVID-19 impact on education. **Unesco**, 25 de maio. 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/covid19/educationresponse. Acesso em: nov.2020.